



SINDICATO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES  
DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E REGIONAL  
EMPRESAS PÚBLICAS, CONCESSIONÁRIAS E AFINS

Rua D. Luís I, 20 F 1249-126 Lisboa  
Tel: 210 958 400 — Fax: 210 958 469  
stal.nacional@stal.pt — www.stal.pt

FEDERAÇÃO INTERSINDICAL DAS INDÚSTRIAS  
METALÚRGICAS, QUÍMICAS, ELÉCTRICAS,  
FARMACÊUTICA, CELULOSE, PAPEL,  
GRÁFICA, IMPRENSA, ENERGIA E MINAS



Rua Cidade de Liverpool, 16-1.º - 1170-097 Lisboa  
Tel: 21 881 85 00 — Fax: 21 881 85 55  
geral@fiequimetal.pt

## RESOLUÇÃO

### PELO CUMPRIMENTO DO ACORDO COLECTIVO DE TRABALHO

#### AUMENTAR SALÁRIOS, VALORIZAR AS CARREIRAS, COMPENSAR O RISCO

Conquistado após anos de intensa luta, o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado entre o Grupo Águas de Portugal (AdP), o STAL e a Fiequimetal, em 2018, interrompeu um ciclo de nove anos de desvalorização salarial, impediu a adaptabilidade e o banco de horas, medidas que sempre combatemos, e significou uma melhoria nas condições de trabalho e na defesa dos direitos dos trabalhadores das empresas do Grupo.

Mas como então afirmámos, este foi apenas o primeiro passo para responder às necessidades dos trabalhadores que são o pilar fundamental da qualidade do serviço público prestado às populações, os obreiros dos resultados alcançados pelo Grupo (83,1 M€ de resultados positivos em 2019) e quem, diariamente, e sem vacilar, dá o seu melhor, mesmo nas condições mais adversas e difíceis, como são aquelas que hoje enfrentamos.

O ACT registou a sua plena aplicação em 2019, mas a verdade é que estamos no final do ano de 2020 e este continua a não ser cumprido pela Administração da AdP, que só recentemente nomeou os seus membros para a Comissão Paritária, prejudicando de forma grave a generalidade dos trabalhadores que deveriam ter sido reclassificados e estar a auferir novas remunerações, e que assim não estão, o que é completamente inaceitável.

Durante este período, os trabalhadores e os sindicatos denunciaram os problemas, apresentaram propostas, insistiram na necessidade de serem encontradas soluções, mas por responsabilidade da AdP e do Governo, que continua a bloquear o aumento dos salários e a contratação de trabalhadores, isto é, a impedir a aplicação do ACT que aceitou, as condições de trabalho deterioraram-se, a precariedade continuou a alastrar, os trabalhadores mais expostos ao risco, agravado pelo surto epidémico, não tiveram qualquer compensação, e prosseguiu a externalização de serviços a operadores privados, um caminho que não garante a prestação de melhores serviços e deteriora os direitos laborais.

Esta situação é insustentável!

São os trabalhadores que garantem o funcionamento das empresas e é devido ao seu empenho e dedicação, que mesmo nestes momentos de pandemia, os serviços continuam a ser prestados com elevada segurança e qualidade.

É mais do que tempo de cumprir o acordado e de iniciar a negociação da revisão do ACT que assegure melhores salários, carreiras dignas e melhores condições de trabalho.

Assim, os trabalhadores, os dirigentes e activistas sindicais das empresas do Grupo AdP, presentes na concentração junto ao Ministério das Finanças, realizada em 9 de Dezembro de 2020, exigem:

- O aumento dos salários em 90€ por trabalhador, fixando-se 850€, no curto prazo, como o salário mínimo de entrada nas empresas e a negociação das matérias pecuniárias e outras com base nas propostas das organizações sindicais;
- A construção de um novo regime de carreiras, categorias profissionais e funções que valorize e reconheça o saber, a experiência e o empenho dos trabalhadores;
- A redução progressiva do horário de trabalho para as 35 horas semanais;
- A atribuição de um subsídio de risco extraordinário, no quadro do surto epidémico do novo coronavírus e a regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco;
- A estabilidade do emprego, assegurando que a um posto de trabalho permanente corresponde a um vínculo efectivo, pondo fim ao trabalho precário;
- Defesa da gestão pública e combate ao outsourcing;
- A contratação de mais trabalhadores, hoje em número insuficiente, indispensáveis para assegurar um serviço público de qualidade;
- Aplicação do AE da EPAL a todos os trabalhadores da empresa;
- A melhoria e o pleno respeito pelas normas de segurança e saúde no trabalho.

Manifestando todo o empenho no diálogo e negociação para se responder às justas aspirações dos trabalhadores, reafirmamos que não aceitamos a ausência de respostas da administração e a intransigência do Ministério das Finanças, e estamos disponíveis para a luta que for necessário travar em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, por um futuro digno!

Lisboa, 9 de Dezembro de 2020

A Concentração de Trabalhadores, Dirigentes e Activistas do Grupo Águas de Portugal

